

SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MATÉRIA E FORMA NA CONSTITUIÇÃO DA ESSÊNCIA SENSÍVEL EM ARISTÓTELES

LUCAS ANGIONI

*Departamento de Filosofia
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP*

Diante da insatisfatoriedade das propostas tradicionais, procuramos neste artigo apresentar uma alternativa de interpretação para o problema da relação entre matéria e forma na constituição da *essentia definienda* em Aristóteles, tema que ocupa a maior parte do livro Z da "Metafísica". Após uma crítica às tentativas usuais de resolução do problema – aquela que considera a matéria como um terceiro termo, heterogêneo aos dois componentes internos da forma, e aquela que aposta numa mera analogia metafórica entre a relação ontológica *matéria/forma* e a relação lógica *gênero/diferença* –, buscamos articular uma outra solução, que fosse capaz, inclusive, de explicar a origem e a plausibilidade das hesitações e inconsistências que encontramos nos textos aristotélicos pertinentes ao problema. Nesse sentido, propomos uma distinção entre *dois usos* do termo "matéria" na argumentação aristotélica, distinção à qual o próprio Aristóteles não estaria completamente atento ao longo do livro Z, mas que, a partir de diversas passagens, emergiria como resultado final penosamente conquistado, ainda que nem sempre explicitamente articulado: um uso segundo o qual a "matéria" seria considerada estritamente como princípio do devir, e outro uso no qual, com o termo "matéria", a argumentação aristotélica estaria visando antes as formas que, em vista de uma certa correlação funcional com uma outra forma a ser definida, preencheriam o campo de denotação do conceito de matéria *funcionalmente definido*, e, nesse sentido, apresentariam como condições necessárias incluídas intrinsecamente na própria forma específica tomada em sua completude.

Since the traditional interpretations are unsatisfactory, I try in this paper to present another interpretation for the problem of the relation between matter and form in the constitution of Aristotle's essentia definienda. After criticising the customary resolutions of the problem – that which regards the matter as a third term, heterogeneous from the other two internal components of the form, and that

which believes in a bare metaphorical analogy between the ontological relation matter/form and the logical relation genus/differentia – I try to articulate another solution, which would be able to explain also the origin and the plausibility of the hesitations and inconsistencies found in the aristotelian texts. I propose a distinction between two uses of the term “matter” in Aristotle’s argumentation. Though not always explicitly articulated, nor always adequately contemplated, this distinction would be the final result of the aristotelian argumentation. So, according to the first use, “matter” would be considered strictly as a principle of coming-to-be. According to the second one, however, it would be regarded rather as the forms by which the denotative field of the concept of matter, functionally or correlatively defined, is fulfilled. And these forms – this is my claim – would be conceived as the necessary conditions for the accomplishment of the specific form to be defined.

São grandes as incompreensões que circundam o conceito aristotélico de matéria. É em torno dele que se configura não só a polêmica concernente ao princípio de individuação, mas também o problema do estatuto epistemológico dos indivíduos. Não bastasse isso, nenhuma compreensão clara do conceito de οὐσία, ou, ao menos, do de οὐσία natural¹, seria possível sem um prévio esclarecimento a respeito da natureza precisa da matéria. O termo ὕλη é, como inumeráveis outros que encontramos no texto aristotélico, um πολλαχῶς λεγόμενον. Talvez, no entanto, essa plurivocidade não tenha sido devidamente percebida pelos intérpretes. A estes, pois, a tarefa que se impõe, antes mesmo de perguntar por algum fio condutor único que permita re-

¹ Não cabe nos limites deste trabalho enfrentar o complexo problema da tradução de οὐσία. Por comodidade, ora traduzimos tal termo por “essência”, ora o citamos no original, e ninguém deve se espantar caso encontre até mesmo a tradução “substância”, utilizada por muitos comentadores que, mesmo advertidos contra o caráter insuficiente e problemático da mesma, no entanto a utilizam por convenção ou por objetiva falta de opção. Cumpre ainda advertir o leitor que, ao menos para o horizonte deste trabalho, as expressões “essência sensível”, “essência natural” e “essência composta” são por assim dizer equivalentes, todas designando a essência deste nosso mundo sublunar, constituída por matéria e forma.

conduzir a dispersão polissêmica a uma unidade originária ou coisa semelhante, consiste em indagar se, na verdade, a plurivocidade do termo não resolve aquilo que, aos que esperam de Aristóteles a fixidez terminológica da Escola, só poderia se apresentar como contradição e lamentável falha no “sistema”. E, constatada essa peculiar maleabilidade da terminologia aristotélica, antes de imputar ao Estagirita uma suposta desordem conceitual e uma pretensa incapacidade de expor sistematicamente seu pensamento, o intérprete deve verificar se essas diferenças semânticas de um mesmo termo não aparecem plenamente justificadas não só pela natureza geral da língua grega, mas também, e sobretudo, pelo caráter particular dos escritos aristotélicos, os quais, longe de pretender constituir uma *exposição doutrinária* destinada a um público e a uma posteridade universal, apresentam-se como anotações nas quais a diversidade de horizontes se ajunta a um *contexto pragmático* que lhes permite uma economia terminológica bastante peculiar.

Assim, pois, deixemos para oportunidade mais propícia a investigação de uma possível unidade a articular entre si os dispersos significados do termo ὄλη; sobretudo porque é nossa a opinião de que urge, antes de qualquer aprofundamento ulterior sobre o assunto, estabelecer a referida plurivocidade não só em seus devidos contornos, mas também em seus legítimos direitos, dada a configuração peculiar dos escritos aristotélicos, a qual tem sido freqüentemente negligenciada por intérpretes que exigem dos mesmos uma organização interna, uma maneira de exposição e uma coerência terminológica que são inteiramente estranhas ao espírito que os anima. Observemos que tal texto constitui qualquer coisa parecida com anotações destinadas a cursos no Liceu – consenso praticamente unânime entre os especialistas² – nas quais o filósofo presumivelmente poderia contar com certas

² Cf. L. Robin, *Aristote*, pp. 12-14; W.D. Ross, *Aristotle*, pp. 7-10; A. Mansion, *Introduction à la physique aristotélicienne*, pp. 1-7; W. Jaeger, *Aristotle*, pp. 219, 223; W. Wieland, *La Física di Aristotele*, pp. 84-5; G.E.L. Owen, “Aristotle:

“pressuposições pragmáticas” de seus ouvintes ou leitores, as quais lhe autorizariam, assim, a grande parcimônia que encontramos em sua cadeia argumentativa, na qual, de fato, surgem algumas afirmações aparentemente arbitrárias, cuja legitimidade, no entanto, encontra-se plenamente demonstrada alhures, e que figuram assim abrupta e isoladamente no texto certamente por fazerem parte de um repertório doutrinário já familiar àqueles a quem se destinavam tais escritos.

Assim, munidos de tais precauções, tentaremos delimitar os contornos assumidos pelo conceito de matéria em suas relações com o problemático conceito de essência. Deixando de lado o problema específico do *principium individuationis*, tentaremos determinar o papel exercido pela matéria em dois domínios intrinsecamente articulados: o da constituição interna da essência sensível, e o da definibilidade, isto é, do estatuto epistemológico dessa mesma essência³.

Methods, Physics and Cosmology”, in *Logic, Science and Dialectic*, p. 152.

³ É verdade que o texto aristotélico oferece dificuldades aparentemente insuperáveis, e a presumida insolubilidade de certas contradições moveu muitos intérpretes a adotarem o expediente da “evolução biográfica” (como sabemos, foi Werner Jaeger que, com sua obra clássica, *Aristotle*, introduziu nos estudos aristotélicos o chamado método genético. Augustin Mansion, em *Introduction à la physique aristotélicienne*, embora aplaudindo a iniciativa de Jaeger, criticou-lhe os resultados e propôs outros, a partir dos mesmos pressupostos metodológicos, o mesmo sendo feito por F. Nuyens, em *L'évolution de la psychologie d'Aristote*. Owen (“Logic and Metaphysics in some Earlier Works of Aristotle” & “The Platonism of Aristotle”, in *Logic, Science and Dialectic*), por sua vez, também defende uma “evolução” da doutrina aristotélica, mas segundo uma direção completamente diversa daquela proposta por Jaeger, e segundo critérios muito mais sofisticados. Mais recentemente, I. Düring, *Aristóteles*, e B. Dumoulin, *Analyse génétique de la Métaphysique d'Aristote*, têm trabalhado nessa orientação). Não é oportuno que nos pronunciemos agora sobre essa problemática; limitemo-nos a dizer que, abstendo-nos de qualquer juízo crítico sobre o chamado “método genético”, tentaremos abordar alguns problemas relativos ao conceito de matéria com o firme propósito de resolvê-los a partir de dentro, isto é, da própria configuração interna do pensamento aristotélico, tal

Sabemos que um dos lugares comuns que se imputam à filosofia aristotélica consiste no chamado "hilemorfismo": sob este nome, costuma-se designar a tese de que, na constituição ontológica das essências sensíveis, forma e matéria desempenham lado a lado papéis imprescindíveis: se, por um lado, a primazia acaba por recair sobre a forma, entendida como princípio estritamente determinante, não é menos verdade que, por outro lado, a matéria se impõe como princípio condicionante *sem o qual* a forma não pode ser concebida. Assim, forma e matéria pareceriam exaurir o número de constituintes intrínsecos da οὐσία sensível, cujo campo, então, se delimitaria pela correlação íntima entre ambas.

As dificuldades concernentes a este assunto, no entanto, ver-se-iam dirimidas apenas se o próprio Aristóteles estabelecesse inequivocamente de que maneira se dá essa correlação constitutiva entre forma e matéria no interior da essência sensível. No entanto, ao invés dessa desejável clareza, o texto aristotélico nos oferece uma situação desafiadora: por um lado, pois, encontramos passagens nas quais se afirma claramente que, dos constituintes intrínsecos da οὐσία, "um é matéria, outro é forma"⁴, de tal modo que ambos estes elementos se reencontrariam correlacionados nas definições sob os títulos respectivos de gênero e diferença⁵. Por outro lado, porém, não é menos verdade que certos textos parecem hesitar francamente em atribuir à matéria um papel imprescindível na constituição da essência natural. Recordemos

como ele se apresenta nos textos que nos foram transmitidos.

⁴ "Τὸ μὲν ἕλη τὸ δὲ μορφή", *Metafísica*, H-6, 1045a23. Doravante, para designar os textos da *Metafísica*, adotaremos a convenção de mencionar tão apenas as letras gregas maiúsculas correspondentes à numeração dos livros, omitindo o título da obra. Cabe ainda ressaltar que as traduções do texto aristotélico são sempre de nossa autoria e responsabilidade.

⁵ Cf. H-6, 1045a26-29; H-3, 1043b31-32; Z-12, 1037b27-38a35.

os difíceis capítulos 10-11 do livro Z da “*Metafísica*”, *crux comentatorum*, verdadeiro desafio à interpretação do pensamento aristotélico: ali, o texto parece concluir que a matéria, embora fundamental à constituição do indivíduo, é desnecessária à constituição da οὐσία, entendida então como forma isolada⁶. Pouco antes, no entanto, Aristóteles havia asseverado a necessidade de considerar as partes materiais na definição das essências sensíveis⁷, em contraposição, justamente, a certa posição platônica ou pitagórica que reduziria todos os entes compostos à mera forma⁸.

Sabe-se, além do mais, que a definição por gênero e diferença, correspondendo à estrutura ontológica oferecida pelo par matéria/forma, constitui outro dos lugares-comuns do aristotelismo. Ora, como o *definiendum* por excelência não é outro senão a οὐσία, assimilada por vezes à forma isolada⁹, múltiplas dificuldades surgem, dentre as quais gostaríamos de destacar apenas duas: em primeiro lugar, é a saber se a matéria, a despeito de alguns textos que parecem estabelecer veementemente o contrário, consiste, de fato, em um elemento constitutivo das essências sensíveis, tomadas universalmente em seus conceitos, isto é, da *essentia definienda* – uma vez que parece não haver dúvida de que, na constituição das essências *individuais*, a matéria apresenta-se como elemento decisivo; e, em segundo lugar, supondo que a matéria o seja, resta examinar *de que maneira* ela se correlaciona com a forma de modo a constituir a οὐσία sensível, a ser definida por

⁶ Cf. Z-11, 1037a24-33.

⁷ Cf. Z-11, 1036b22-32.

⁸ Não cabe igualmente nos limites deste trabalho discutir as referências e críticas de Aristóteles a seus predecessores, tema já devidamente estudado por autoridades como L. Robin (*La théorie platonicienne des idées et des nombres d'après Aristote*) e H. Cherniss (*Aristotle's criticism of Plato and the Academy*) e G.E.L. Owen (“*Dialectic and Eristic in the Treatment of the Forms*”, in *Logic, Science and Dialectic*).

⁹ Cf. Z-4, 1030b4-6; Z-10, 1035b14-16; Z-11, 1037a24-29.

gênero e diferença última, e por vezes assimilada à pura forma, tomada isoladamente.

No que concerne a este último problema, a opinião, largamente difundida, de que existiria, entre os correlatos matéria/forma, de um lado, e gênero/diferença, de outro, uma relação de mera "analogia", não se revela plenamente satisfatória. Suponhamos que a matéria, por subjazer como determinável face a uma determinação ulterior, seja um mero análogo do gênero: se assim fosse, o problema da *menção* da mesma na definição da essência sensível facilmente se resolveria pelo fato mesmo dessa relação analógica com o gênero, e jamais poderia justificar as inúmeras e difíceis páginas que Aristóteles lhe consagra ao longo do livro Z. No entanto, à leitura de tal texto, tem-se a impressão de que Aristóteles, estimando como evidente por si a menção do gênero na definição da essência sensível, examina a necessidade de se mencionar, de fato, também certas partes materiais, que se revelariam imprescindíveis a uma plena compreensão da essência em seu todo e que não se deixariam *reduzir analogicamente* à noção de gênero. Tomás de Aquino parece ter-se apercebido dessa pequena sutileza: propondo-se a interpretar o desafiante texto de Z, 10-11, este notável comentador parece chegar à conclusão de que, ao se definir uma οὐσία sensível, a dita *materia communis* deve ser posta como terceiro elemento, ao lado do gênero e da diferença¹⁰. É inspirado, sem dúvida, nesse tipo de lei-

¹⁰ Cf. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis Expositio*, Liber VII, lectiones IX, X, XI. Na verdade, o comentário de Tomás, tão complexo como o texto aristotélico, pediria interpretação igualmente cuidadosa e detida. Aqui, porém, apenas podemos fornecer algumas indicações provisórias, colhidas numa leitura rápida, e destinadas apenas a guiar nossa exposição para os comentadores modernos. Mesmo assim, fazendo justiça a Tomás dentro dos limites a que nosso horizonte nos restringe, devemos dizer que o filósofo medieval demonstra grande pertinácia na interpretação do nosso problema: por vezes (cf. *Liber VII, lectio IX, 1477*), nele encontramos opinião bastante próxima à que iremos propor ao final deste artigo, e não podemos deixar de confessar

tura que Augustin Mansion se empenha em advertir contra uma interpretação presumidamente falsa do estatuto exato da correlação forma/matéria no interior da essência sensível; atendo-se, pois, à célebre comparação estabelecida por Aristóteles entre o $\sigma\mu\acute{o}\nu$ e o ente natural, Mansion sustenta que a matéria a ser mencionada na definição de uma essência natural não se confunde com a matéria que seria metaforicamente designada pelo gênero:

Ao se ouvir fazer menção da matéria em uma definição, poder-se-ia facilmente crer que se tratasse do gênero do objeto a definir: o gênero, com efeito, desempenha o papel de matéria ou de elemento determinável face a uma noção determinante, a diferença específica, que é o elemento formal. Essas partes encontram-se em toda e qualquer definição, e Aristóteles usa essa terminologia para designá-las. O adunco, porém, é o tipo geral de uma classe de termos cuja fórmula desenvolvida apresenta as relações de matéria e forma entendidas de uma maneira diferente: tais palavras, aqui, não mais designam o gênero e a espécie: a forma ($\epsilon\acute{\iota}\delta\omicron\varsigma$) é a determinação de ordem ideal exprimida pelo termo em questão; a matéria é uma realidade de outra ordem, à qual aquela determinação encontra-se ligada em virtude da significação complexa do termo analisado (MANSION, A., 1945, p. 147)¹¹.

que muito devemos às reflexões que nos foram suscitadas por sua leitura, principalmente pelo estudo das considerações feitas no capítulo II do *“De Ente et Essentia”* sobre o “corpo” como parte e o “corpo” como gênero. No entanto, talvez a própria tenacidade com que Tomás se atém ao texto aristotélico não lhe tenha permitido perceber que algumas passagens, fundadas numa indistinção completa entre o conceito de matéria propriamente dito e aquilo que a Escola designará como “matéria segunda”, introduzem exemplos não só inadequados à própria função a que se destinam, mas também completamente incapazes de ilustrar uma teoria consistente com outras teses próprias a Aristóteles: é o caso do $\sigma\mu\acute{o}\nu$ e das ditas “partes materiais”, carnes, nervos e ossos. Nesse sentido, textos como *Lectio X, 1492*, e *Lectio XI, 1531, (Liber VII)*, parecem ser a fonte de algumas inadvertências que iremos apontar na interpretação dos Mansion.

¹¹ “Adunco” traduz o “camus” que, no texto de Mansion, é o termo utilizado para traduzir $\sigma\mu\acute{o}\nu$, do qual, no entanto, freqüentemente nos serviremos no original, a fim de evitar maiores confusões.

Ora, como essa “determinação de ordem ideal” a que se refere Mansion parece, ela própria, apresentar-se como determinação *específica*, constituída por gênero e diferença, teríamos, numa definição como a do $\sigma\mu\acute{o}\nu$, uma dupla menção da matéria: primeiramente, como elemento designado metaforicamente pelo gênero e, em seguida, como “realidade outra” à qual se acrescenta a referida “determinação de ordem ideal”. É além disso, uma vez que o $\sigma\mu\acute{o}\nu$ apresenta-se, nesse registro, como modelo a partir do qual os entes da natureza, aí incluídas, evidentemente, as essências, deveriam ser concebidos¹², segue-se que, na definição de uma essência natural, além da matéria analogicamente designada pelo termo genérico, teríamos uma matéria que, apresentando-se como um outro face à espécie, aí figuraria como terceiro termo.

É de se perguntar, no entanto, se essa articulação duas vezes frouxa entre matéria e forma – primeiro, uma mera analogia, em seguida, uma mera justaposição – satisfaz uma das exigências mais caras ao conceito aristotélico de essência, a saber, a necessária unidade autoconsistente e imanente entre os elementos de que se compõe: em várias passagens, pois, o Estagirita empenha-se em contrapor a unidade que caracteriza a essência à unidade meramente extrínseca de um agregado ou de um composto accidental¹³. Sobretudo, importa notar que, dado que o gênero por si mesmo já comporta referência à matéria, parece haver pouca necessidade de que esta seja novamente mencionada na mesma definição. Dir-se-ia, talvez, em favor dessa necessidade, que a referência do gênero à matéria, sendo meramente analógica, não comportaria, precisamente, uma *menção* da mesma no enunciado definitório; no entanto, o intérprete atento deve-se lembrar

¹² No que respeita à função paradigmática atribuída ao $\sigma\mu\acute{o}\nu$ para os entes naturais, cf. E-1, 1025b30-26a6; Z-10, 1035a25-34; Z-11, 1037a29-33, e também *Física*, II, 2, 194a13-15; *De Anima*, III, 4, 429b 14.

¹³ Cf. Z-4, 1030a3-6; Z-12, 1037b24-27; Z-16, 1040b5-10.

de que, nas várias passagens em que Aristóteles afirma a necessidade de incluir a matéria na definição, parece delinear-se, entre a mesma e o gênero, uma relação mais íntima que a mera analogia, de modo que, lembrando o epigrama aristotélico dirigido contra Espeusipo – “e, desse modo, ele multiplica as essências”¹⁴ –, poderíamos indagar se A. Mansion não multiplica indevidamente as matérias no interior da οὐσία sensível, como se quisesse corrigir, por uma segunda menção da mesma, a patente precariedade de sua relação meramente analógica com o gênero.

Entretanto, não nos pode escapar o fato de que A. Mansion, na verdade, acompanha com pertinácia o texto aristotélico, e sua interpretação, se insatisfatória, repousa sobre uma dificuldade objetiva do texto, a saber, a estranha função atribuída, *pelo próprio Aristóteles*, ao *σύνολον*, ente complexo constituído pela ligação de elementos heterogêneos e irreduzíveis entre si, mas que, não obstante essa estrutura compósita, vê-se assumido como modelo para a compreensão da estrutura interna da οὐσία sensível. Diante de tal dificuldade, o intérprete deve ter a ousadia de verificar se, a despeito das asserções peremptórias de Aristóteles, não existiria uma patente inadequação entre a constituição intrínseca das essências sensíveis e a de entes tais como o “σύνολον”. Esse passo, pois, é dado por Suzanne Mansion, em uma série de artigos dedicados à problemática da matéria na ontologia de Aristóteles.

Em diversas passagens, de fato, Aristóteles se utiliza do *σύνολον* como exemplo típico de forma indissociavelmente ligada a uma matéria, isto é, como paradigma dos entes naturais, em contraposição aos entes matemáticos, em cuja composição interna se encontraria tão somente a forma pura¹⁵. *Σύνολον*, composto pelos elementos “côncavo” e “nariz”, se distinguiria diametralmente do “côncavo”, forma nua na

¹⁴ Cf. Z-2,1028b24.

¹⁵ Cf. nota 12 deste artigo.

qual nenhuma matéria sensível estaria envolvida. Reservando, pois, a outra oportunidade o exame dos múltiplos problemas suscitados por tal comparação, limitemo-nos a apontar a visível incompatibilidade entre, por um lado, o caráter extrínseco e heterogêneo da ligação, no interior do “adunco”, entre o côncavo e o nariz e, por outro lado, a necessidade imanente que deve presidir a ligação recíproca entre os elementos da οὐσία – afinal, como repete Aristóteles várias vezes, esta última não deve se confundir com um agregado (σωρός)¹⁶. Assim, S. Mansion tem inteira razão ao indagar:

Não é representar falsamente o objeto físico, assimilá-lo a essa coisa compósita que é o adunco, que não possui unidade essencial? (MANSION, S., 1984, p. 353)¹⁷.

Ora, se a oposição entre o côncavo e o adunco fosse adequada para a ilustração da diferença entre o ente matemático e o ente natural, não restaria outra alternativa senão conceber este último como uma composição entre elementos heterogêneos incapazes de fornecer ao todo unidade interna. No entanto, a afinidade existente entre a forma e a matéria de um ente natural é mais íntima do que a ligação entre o côncavo e o nariz; tratar-se-ia, pois, de uma correlação necessitante, na qual a forma, concebida como fim e determinação última, colocaria a matéria como condição necessária à sua própria realização e, por isso mesmo, como elemento integrante do todo¹⁸, de tal modo que, como acertadamente assevera a referida comentadora:

Quando examinamos as condições que o próprio Aristóteles impôs à definição física, percebemos, então, que o exemplo ao qual ele recorreu para ilustrar seu pensamento – o ‘adunco’, na sua diferença com o

¹⁶ Cf. Z-16, 1040b9.

¹⁷ Citamos o artigo “Τὸ σιμόν et la définition physique”, recolhido na coletânea de artigos *Études Aristotéliennes*, cf. bibliografia.

¹⁸ Cf. “Τὸ σιμόν et la définition physique”, in *Études Aristotéliennes*, p. 353.

'côncavo' – não cumpre perfeitamente a sua função (MANSION, S., 1984, p. 355)¹⁹.

Uma tal observação merece aplauso e denuncia um intérprete perspicaz. No entanto, apesar de ter percebido a importância da relação fim/meio para um exato entendimento da correlação forma/matéria no interior da essência sensível, S. Mansion apresenta resultados menos interessantes ao tentar estabelecer *de que maneira* a matéria seria assumida como elemento da οὐσία e *de que modo* se inscreveria na definição da mesma. Não obstante ter retificado seu antecessor no que concerne à comparação, inadequada, como vimos, do ente físico ao σιμόν, S. Mansion agora abraça-lhe a mesma linha interpretativa, segundo a qual a matéria apareceria na definição da essência sensível como um terceiro componente, ao lado do gênero e da diferença. No entanto, diferentemente de seu antecessor, a autora recusa-se a atribuir a essa matéria, expressamente admitida por Aristóteles como elemento da definição²⁰, o estatuto de “nota formal” do conceito de οὐσία:

se a matéria entra na essência da substância sensível, não o faz transformando-se de certo modo em nota formal, mas sim, ao contrário, conservando sua oposição à forma, para conferir à substância aquilo que a forma não lhe pode dar, a saber, a unidade numérica (MANSION, S., 1984)²¹.

Sem adentrar nas inúmeras dificuldades a que inevitavelmente conduz semelhante proposta interpretativa, limitemo-nos a observar que, de acordo com a mesma, chegaríamos a abolir a diferença entre o conceito universal e os indivíduos. Ora, é claro que, naquele primeiro,

¹⁹ Cf. nota 17, acima.

²⁰ Cf. Z-11, 1036b22-32.

²¹ “*Sur la composition ontologique des substances sensibles chez Aristote (Métaphysique, Z, 7-9)*”, in *Études Aristotéliciennes*, p. 320.

há algo que lhe permite ser imediatamente atribuído a estes últimos²². Este algo, no entanto, jamais poderia ser princípio de unidade numérica, a qual, no aristotelismo, consiste justamente na característica decisiva pela qual o indivíduo se demarca face ao conceito específico.

No entanto, tentativas engenhosas como a de S. Mansion são mais do que compreensíveis a quem se dispõe a enfrentar as dificuldades que sobrecarregam os textos da “*Metafísica*” nos quais tal assunto é tratado. Pois, para o intérprete atento, é inevitável, de fato, certo desconforto em atribuir à matéria um lugar na definição da essência, tantos são os textos nos quais Aristóteles assevera peremptoriamente que a essência a ser definida não depende de suas partes ditas materiais. Não bastasse isso, encontramos ainda outra série de textos que, de acordo justamente com a interpretação proposta por A. Mansion, parecem atribuir à matéria um lugar terceiro na definição, ao lado dos constituintes da forma propriamente dita, isto é, o gênero e a diferença. Em face dessas dificuldades, é provável que, ao deparar com outro grupo de textos, nos quais a relação ontológica matéria/forma é comparada à relação lógica gênero/diferença, o intérprete, já desalentado pelo cipoal dos textos anteriores, veja em tal comparação qualquer outra coisa, menos uma explicação a respeito da maneira pela qual a matéria é assumida no *λόγος* da οὐσία.

²² Retomando essa idéia em outro artigo, S. Mansion tenta fazer da matéria assim concebida o elo que permitiria a atribuição da essência aos indivíduos: “...le concept vise et prévoit la multiplicité des individus qui le conditionne. Il n'est donc pas concept de la forme seule, mais concept d'individus matériels. En un sens par conséquent, il intègre en soi la matière elle-même comme sa propre limite. Mais c'est sans transformer la materialité en note formelle proprement dite, car celle-ci doit précisément être pensée comme l'autre de la forme” (“*La notion de matière en 'Métaphysique', Z-10 et 11*”, in *Études Aristotéliciennes*, p. 336). Por outras palavras, a nota da materialidade seria algo semelhante a uma representação pela qual a essência *absolutamente considerada* tornar-se-ia predicável de uma multiplicidade...

Os textos concernentes ao nosso problema, como já sugerimos, pois, podem ser divididos em três grupos: primeiramente, Aristóteles parece se esforçar por estabelecer que a matéria *não entra* na definição da essência natural, na medida em que tampouco faz parte de sua constituição interna²³. Em segundo lugar, certas passagens parecem admitir francamente a necessidade de mencionar a matéria na definição da essência, dando a entender, porém, que uma tal menção, trazendo um terceiro elemento, se justapõe à enunciação do par gênero/diferença²⁴. Enfim, em outros textos, a menção da matéria no enunciado definitório da οὐσία é não só admitida como necessária, mas também concebida como única maneira de conferir à οὐσία sensível autoconsistência interna e plena cognoscibilidade²⁵.

Da primeira série de textos que selecionamos, tomemos o mais significativo:

Pois ainda mesmo que a linha, ao ser dividida, se dissolva nas metades, ou então, que o homem se dissolva nas carnes, nervos e ossos, nem por isso seriam a partir destes elementos de tal maneira como se fossem partes da essência, mas são a partir deles como a partir de matéria, e tais elementos são partes do composto individual, não mais, porém, partes da forma e daquilo de que é a definição²⁶.

²³ Os textos são estes: Z-10, 1035a9-22, 1035b27-31, 1036a8-9 e Z-11, 1037a24-33.

²⁴ Eis os textos: Z-10, 1035b27-31, dada sua ambigüidade; Z-7, 1033a2-3; Z-8, 1033b24-26; H-2, 1043a14-21, este último em menor grau.

²⁵ Este terceiro grupo de textos consiste em: Z-11, 1036b22-32; Z-12, 103b27-38a35; H-3, 1043b30-32; H-6, 1045a23-29, 1045b17-20.

²⁶ “Καὶ γὰρ ἡ γραμμὴ οὐκ εἰ διαιρουμένη εἰς τὰ ἡμίση φθείρεται, ἢ ὁ ἄνθρωπος εἰς τὰ ὀστά καὶ νεῦρα καὶ σάρκας, διὰ τοῦτο καὶ εἰσὶν ἐκ τούτων οὕτως ὡς ὄντων τῆς οὐσίας μερῶν, ἀλλ’ ὡς ἐξ ὕλης, καὶ τοῦ μὲν συνόλου μέρη, τοῦ εἶδους δὲ καὶ οὐ ὁ λόγος οὐκέτι”. Z-10, 1035a17-22. A tradução de συνόλου por “composto individual” poderá parecer arbitrária;

Carnes, nervos e ossos aparecem, nesse texto, como elementos integrantes de um composto (σύνολον) que, aqui, se contrapõe à essência, forma pura sobre a qual versa a definição. Embora também esse termo, como vários outros de que Aristóteles se utiliza, seja um πολλαχῶς λεγόμενον, cabe ao intérprete verificar que, neste contexto preciso, σύνολον designa o composto individual: carnes, nervos e ossos, pois, apresentam-se como matéria sobre a qual vem a ser e na qual perece a essência; no entanto, como sabemos que a essência submetida a geração e corrupção não é outra senão a individual, daí pode-se inferir que os elementos do σύνολον aqui referido não são outros senão a matéria que subjaz à essência individual, assim como “estas letras aqui na cera ou estas que soam no ar são partes da sílaba apenas a título de matéria sensível”²⁷.

É verdade que o raciocínio aristotélico é pouco claro, incluindo indistintamente sob uma mesma consideração as partes materiais sensíveis do homem e as partes puramente inteligíveis de uma entidade matemática como a linha, e parecendo assumir como idênticas as noções de *sensível* e de *individual*. E, mais adiante, Aristóteles insiste em associar, em vista de sua análise a respeito da relação entre matéria e forma como partes da essência, coisas tão distintas como uma essência natural individual, Cálías, artefatos como a estátua de argila e a esfera de bronze e, enfim, uma figura matemática, o círculo, sem talvez atentar para a necessária distinção, sobre a qual ele mesmo insiste mais adiante, em 1035b27-31, entre o σύνολον universal e o σύνολον individual²⁸. Não seria oportuno, porém, adentrar no exame detalhado das

pedimos ao leitor, porém, que confira na argumentação subsequente as razões que aduzimos para tal interpretação, a qual, todavia, limita-se a este contexto, sem pretender negar a plurivocidade que este termo possui nos textos aristotélicos. Cumpre ainda ressaltar que, nesta e nas subseqüentes traduções, admitimos sempre o texto de Ross.

²⁷ Cf. Z-10, 1035a15-17.

²⁸ Cf. Z-10, 1035a31-34.

inúmeras dificuldades latentes nessas comparações que Aristóteles parece enunciar com tanta segurança. Limitemo-nos, por ora, e em vista da estratégia de nosso argumento, a observar que a matéria caracterizada pelo texto acima apresenta-se, em oposição justamente à forma e a *essentia definienda*, como pré-condição ao vir-a-ser de um novo ente e resíduo final de sua destruição completa²⁹: ela consiste, pois, justamente, no elemento que, responsável pela unidade numérica do ente submetido ao devir, situa-se, devido à sua própria contingência em relação à forma à qual dá concretude, fora da esfera da definição, a qual, por sua vez, enunciaria, assim, exclusivamente a forma inteligível.

Isto parece ser confirmado por outro texto:

Está dito...que não se inserem na definição da essência as partes assim tomadas como matéria – pois nem são partes daquela essência [i.e., da essência entendida como pura forma], mas sim partes da essência composta [σύνολος οὐσία], e desta, de certa maneira há e de certa maneira não há definição: junto com a matéria não o há (pois a matéria é indefinível), mas, por outro lado, há definição segundo a essência primeira, como, por exemplo, a definição de homem é a definição de alma; com efeito, a essência é a forma imanente, a partir da qual, juntamente com a matéria, se diz a essência composta – por exemplo, a concavidade...- mas, na essência composta, como em nariz adunco ou em Cálidas, há também a matéria³⁰.

Indispensável à existência e à concreção das essências individuais, a matéria surge, nesse texto, como elemento contingente situado *fora* da constituição interna da “essência primeira” e *alguém* da esfera

²⁹Cf. 1035a24-25: “...ἐνια μὲν ἐκ τούτων ὡς ἀρχῶν ἐστὶν εἰς ἃ φθειρόνται”.

³⁰“...εἴρηται...ὅτι ἐν μὲν τῷ τῆς οὐσίας λόγῳ τὰ οὕτω μόρια ὡς ὕλη οὐκ ἐνέσται οὐδὲ γὰρ ἔστιν ἐκείνης μόρια τῆς οὐσίας ἀλλὰ τῆς συνόλου, ταύτης δὲ γ’ ἔστι πως λόγος καὶ οὐκ ἔστιν· μετὰ μὲν γὰρ τῆς ὕλης οὐκ ἔστιν (ἀόριστον γάρ), κατὰ τὴν πρώτην δ’ οὐσίαν ἔστιν, οἷον ἀνθρώπου ὁ τῆς ψυχῆς λόγος· ἡ γὰρ οὐσία ἐστὶ τὸ εἶδος τὸ ἐνόν, ἐξ οὗ καὶ τῆς ὕλης ἢ συνόλου λέγεται οὐσία, οἷον ἡ κοιλότης(...) ἐν δὲ τῇ συνόλῳ οὐσίᾳ, οἷον ῥινὴ σμητῆ ἢ Καλλίας, ἐνέσται καὶ ἡ ὕλη”. Z-11, 1037a 24-33

da cognoscibilidade: “a matéria é incognoscível por ela mesma”³¹. Assim, pois, a razão pela qual a matéria vê-se excluída da *essentia definienda* não consistiria senão em seu caráter contingente, pelo qual a mesma, podendo ser e igualmente não ser, dá existência aos indivíduos corruptíveis. Tudo parece razoavelmente claro: a matéria apresenta-se como inapreensível à definição justamente por se configurar como mero elemento contingente pelo qual os indivíduos existem, desprovido de qualquer determinação formal que fosse indispensável à compreensão da essência, de tal modo que muitos intérpretes julgaram-se autorizados a concebê-la como uma certa massa amorfa e indeterminada sobre a qual se separaria a unidade discreta de cada indivíduo³². No entanto, os próprios exemplos aduzidos pelos textos já citados apresentam-nos, como matérias *a serem excluídas da definição dos respectivos objetos de que são matéria, formas determinadas e plenamente inteligíveis em si mesmas*, como o bronze, as carnes e ossos, etc. E parece-nos que, neste caso, mais do que meros exemplos inadequados, pode-se notar, de fato, a ausência de uma nítida explicação que esclareça suficientemente por que razão alojam-se no domínio do indefinível formas que não só são plenamente determinadas em si mesmas, mas que também exibem alguma importância à compleição do todo de que são matéria.

Há outro texto que vem acrescentar nova complexidade ao nosso já intrincado problema; diz Aristóteles:

o homem e o cavalo, bem como os assim universais sobre os indivíduos, não são essência, mas sim um certo todo composto a partir de certa definição e de certa matéria tomada universalmente; mas, particularmente “em cada caso,” a partir da matéria última, tem-se já Sócrates³³.

³¹ “ἡ δ’ ὄλη ἀγνωστος καθ’ αὐτήν”, Z-10, 1036a8-9.

³² De fato, valendo-se de textos como Z-10, 1036a8-9, e Z-3, 1029a20-26, poder-se-ia argumentar que o termo ὄλη, em Aristóteles, designa invariavelmente uma espécie de *massa amorfa* desprovida de qualquer determinação, responsável apenas pela discreção da unidade numérica dos indivíduos.

³³ “ὁ δ’ ἄνθρωπος καὶ ὁ ἵππος καὶ τὰ οὕτως ἐπὶ τῶν καθ’ ἕκαστα, καθόλου

Novamente, a matéria é situada *fora* da ούσία e do λόγος, apresentando-se justamente como elemento que, inerente a um composto tal como *homem*, impede-lhe uma imediata identificação com a forma e a essência. No entanto, se atentarmos para o fato de que também estes compostos universais, que designamos com nomes tais como “homem” e “cavalo”, podem ser assumidos, ainda que em acepção secundária, sob o nome de ούσία³⁴ – a qual, não obstante, na passagem aqui citada, significa indiscutivelmente a forma isolada pela qual cada ente é precisamente o que é – e, em conformidade com isso, oferecer-se à definição, multiplicam-se nossos problemas: pois parecerá haver, assim, para cada ente, duas definições possíveis. O texto anteriormente citado de 1037a24-33 havia afirmado que há definição, precisamente, apenas da ούσία entendida como forma isolada, embora pudesse haver também, de certa maneira (πως), uma definição da “σύνολος ούσία”, tal como a definição de homem, que se reduziria à definição de alma. É forçoso observar, porém, que uma tal equação entre ambas essas definições se efetua justamente pela redução da matéria a algo insignificante para a cognoscibilidade de *homem*. No entanto, se, ousando pôr em suspenso o valor das afirmações nas quais Aristóteles afirma a insignificância da matéria para a definição da essência, tentássemos definir esse σύνολον universal que, composto de certo λόγος e de certa matéria, também pode, afinal, ter a pretensão de receber o nome ούσία e, por conseguinte, de ser definido – pois a essência é o *definiendum* por excelência –, não obteríamos, como definição do mesmo, um enunciado no qual a matéria, de fato, figuraria como terceiro elemento ao lado dos termos que constituem o λόγος daquela “essência primeira”?

δὲ, οὐκ ἔστιν οὐσία ἀλλὰ σύνολόν τι ἐκ τουδὶ τοῦ λόγου καὶ τησδὶ τῆς ὕλης ὡς καθόλου· καθ’ ἕκαστον δ’ ἐκ τῆς ἐσχάτης ὕλης ὁ Σωκράτης ἦδη ἐστίν”. Z-10, 1035b27-31.

³⁴ Para a legitimidade de um tal uso do termo ούσία no texto aristotélico, cf. principalmente Z-7, 1032a18-19.

Apoiada em raciocínios como esse, a referida interpretação dos Mansion tem toda verossimilhança, e adquire ainda maior plausibilidade quando confirmada por outras passagens. Vejamos, por exemplo, Z-7, 1033a2-5:

de ambos estes modos dizemos o que são os círculos de bronze, tanto dizendo que a matéria é bronze, como dizendo que a forma é figura tal, e isto [figura tal] é o gênero no qual primeiramente é posto o círculo de bronze. De fato, o círculo de bronze inclui a matéria na definição³⁵.

Nesse texto, a matéria se apresenta como necessária à definição do artefato “círculo de bronze” de modo a nela figurar como terceiro elemento ao lado dos componentes da forma. Tal artefato definir-se-ia, assim, como “figura tal de bronze” (σχῆμα τοιόνδε χαλκούς). Em outra passagem mais adiante, Aristóteles retoma o exemplo do artefato material, não mais, porém, com o intuito de examinar-lhe a definibilidade, mas antes a fim de comparar sua constituição à das essências naturais: “este todo inteiro, Cálías ou Sócrates, é como esta esfera aênea aqui, mas o homem e o animal são como a esfera aênea em geral”³⁶.

Desse modo, com tais textos, e suposta uma perfeita correspondência entre a constituição interna dos referidos artefatos e a das essências naturais, poder-se-ia construir uma configuração na qual, assumindo-se o “círculo aêneo” como modelo a partir do qual se deveria compreender a constituição interna da essência natural, a matéria apareceria na definição justamente como terceiro termo, ao lado do gênero e da diferença, que constituiriam juntos a forma específica. É tal curso que parece seguir o raciocínio de A. Mansion, tornado ainda

³⁵“ἀμφοτέρως δὴ λέγομεν τοὺς χαλκοὺς κύκλους τί εἰσι, καὶ τὴν ὕλην λέγοντες ὅτι χαλκός, καὶ τὸ εἶδος ὅτι σχῆμα τοιόνδε, καὶ τοῦτό ἐστι τὸ γένος εἰς ὃ πρῶτον τίθεται. ὁ δὲ χαλκοὺς κύκλος ἔχει ἐν τῷ λόγῳ τὴν ὕλην”.

³⁶“Τὸ δὲ ἅπαν τόδε, Καλλίας ἢ Σωκράτης, ἐστὶν ὡσπερ ἡ σφαῖρα ἢ χαλκὴ ἡδέ, ὁ δ' ἄνθρωπος καὶ τὸ ζῶον ὡσπερ σφαῖρα χαλκὴ ὅλως”. Z-8, 1033b24-26.

mais verossímil pelo fato de haver patente associação entre o *σιμόν* e o círculo aêneo em 1035a26, onde ambos são tomados como exemplos de formas adjuntas a uma matéria sensível, como paradigmas, portanto, para a compreensão da *σύνολος οὐσία*.

Entretanto, e apesar mesmo de todo o aparato desses textos anteriormente citados, tal configuração de conceitos dificilmente se sustenta no interior do pensamento aristotélico. Pois, se o artefato X devesse ser definido como “*figura tal de bronze*”, ou o *σιμόν* como “*curvatura tal no nariz*”, as determinações materiais “*de bronze*” e “*no nariz*” apareceriam cumprindo justamente o papel de determinação ulterior de um substrato determinável, isto é, a função de diferença de um gênero próximo. Ora, mas isto é exatamente o contrário do que Aristóteles afirma a respeito da semelhança entre a relação ontológica matéria/forma e a relação lógica gênero/diferença³⁷.

Retomemos o mesmo raciocínio com outro exemplo. Lembremos a afirmação de que a definição de homem se reduz à definição de sua alma³⁸; e a definição desta, por sua vez, conforme às indicações do “*De Anima*”³⁹ para a definição geral de toda e qualquer alma, poderia ser algo como “*dianoéisis em um corpo natural orgânico*”. Tomando o *σιμόν* ou o artefato “círculo aêneo” como modelo para a concepção da essência natural, obteríamos de “homem” uma definição tal como “*corpo animado dianoético, mais carnes, nervos e ossos*”, ou então “*dianoéisis*

³⁷ Sobre essa semelhança, cf. H-3, 1043b30-32. No que concerne a inusitada e mesmo disparatada inversão pela qual a determinação material “*aêneo*” passaria a desempenhar a função de diferença, lembremos que Ross, em seu comentário, toma a frase “...καὶ τοῦτό ἐστι τὸ γένος εἰς ὃ πρῶτον τίθεται” (1033a4) como uma possível glosa posterior, devida a algum intérprete pouco habilidoso que, sem consegui-lo de modo satisfatório, houvesse tentado associar a frase anterior à doutrina de que o gênero é matéria (“*Aristotle’s Metaphysics*”, vol. II, p. 186).

³⁸ Cf. Z-11, 1037a28-29.

³⁹ Cf. “*De Anima*”, II, 412a27-28, 412b4-6.

de um corpo natural orgânico [=alma do homem], mais carnes, nervos e ossos". Diante disso, não nos resta alternativa: se a relação entre o homem e suas carnes e ossos for concebida como equivalente à relação entre a esfericidade e o bronze, e se a maneira supra-referida de definir o círculo de bronze for admitida não só como correta mas também como *exemplar*, não há como evitar o disparate de uma definição na qual as carnes e ossos se acrescentariam desnecessária e pleonasticamente a algo em cujo conceito a própria corporeidade, com todas suas partes integrais, já estava contida.

Ora, reencontramos na comparação entre os círculos de bronze e o homem a mesma incompatibilidade que havíamos notado entre o *σφύρον* e o ente natural. Em ambos os casos, nos pretensos modelos aduzidos por Aristóteles, a ligação entre forma e matéria apresenta um caráter extrínseco e acidental, que contrasta com a necessidade de que haja consistência interna na essência sensível. As carnes e ossos não podem estar ligados à alma dianoética de uma maneira assim tão tênue e contingente, como o bronze se encontra unido à esfera ou ao círculo. Ora, Aristóteles admite, certamente, a necessidade de apresentar a matéria na essência das substâncias sensíveis, mas o modo dessa apresentação de maneira alguma pode ser concebido sob o paradigma de uma relação tão fortuita e extrínseca como a que se dá entre o círculo e o bronze, e a mencionada comparação aristotélica, tanto como a do *σφύρον*, merece e deve ser submetida a crítica, visto mostrar-se inconsistente a partir de pressupostos internos à própria doutrina do Estagirita⁴⁰.

⁴⁰ Assim sendo, é no mínimo estranho que S. Mansion, tão perspicaz ao notar o caráter inadequado da comparação aristotélica entre o *σφύρον* e o ente natural, não perceba a mesma inadequação nas comparações entre homem e círculos aéreos: "...la matière entre dans l'essence des substances d'ici-bas et doit être présente dans le concept qui exprime cette essence. Aristote l'a reconnu lorsqu'il a dit que le concept d'homme est comparable à celui de la sphère d'airain" ("*Sur la composition ontologique des substances sensibles chez Aristote*").

Um desses pressupostos, pois, consiste naquilo que tem sido banalizado e mal compreendido sob o título de “analogia” entre a relação ontológica matéria/forma e a relação lógica gênero/diferença: “...o enunciado definitório significa algo de algo, e, destes [dois termos] é necessário que um seja como matéria, e o outro, como forma”⁴¹. Aqui, nesse texto, os advérbios ὡςπερ e ὡς ainda dariam certo respaldo a uma interpretação no sentido da supramencionada analogia, mas em H-6 Aristóteles é mais explícito: para resolver a aporia referente à unidade entre os termos de uma definição, o filósofo introduz como premissa: “um dos termos é matéria, outro é forma”⁴². A noção de analogia foi introduzida certamente a partir da concepção de que os já mencionados advérbios, assim como aquele que encontramos em 1038a6⁴³, significariam uma mera comparação, à qual não se deveria dar muita importância. Contudo, por justa que seja essa noção de analogia – se, de fato, o é –, ela se revela insuficiente pelo fato de não mostrar de modo claro a maneira pela qual a matéria é assumida como elemento pertinente à constituição interna da essência e como termo de sua definição. E mais: ao deixar inexplicada a inserção da matéria na *ratio* interna da essência, essa linha de interpretação não consegue apresentar a matéria senão como substrato do devir, como princípio de individuação, elemento a partir do qual a forma passaria do mero conceito à plena existência nos indivíduos – *como se esta fosse a única aceção utilizada por Aristóteles para o termo ὕλη*.

Como alternativa a essa leitura, gostaríamos de mostrar que a incorporação da matéria na definição da essência sensível envolve um

te (*Métaphysique*, Z, 7-9”, in *Études Aristotéliciennes*, p. 320).

⁴¹“...τὴ κατὰ τινὸς σημαίνει ὁ λόγος ὁ ὀριστικὸς καὶ δεῖ τὸ μὲν ὡςπερ ὕλην εἶναι τὸ δὲ ὡς μορφὴν”. H-3, 1043b30-32.

⁴² 1043a23, mesma frase repetida em 1043a29. Para o texto grego, cf. nota 5 deste artigo.

⁴³“εἰ οὖν τὸ γένος ἀπλῶς μὴ ἔστι παρὰ τὰ ὡς γένους εἶδη, ἢ εἰ ἔστι μὲν ὡς ὕλη δ’ ἔστιν”. Z-12, 1038a5-6.

arranjo conceitual um pouco mais complexo e sutil do que essa mera relação metafórica de analogia. Nosso horizonte, pois, consiste em dois pontos: primeiramente, mostrar que a matéria assumida na definição aí se apresenta justamente como gênero, como nota formal subjacente à diferenciação ulterior e, por isso mesmo, como condição que, sendo imprescindível à perfeição última da forma, *nela se encontra imanentemente integrada como elemento constituinte*; e, em segundo lugar, evidenciar que, havendo *uma* matéria que é assumida na *ratio* interna da οὐσία, e *outra* da qual se afirma peremptoriamente o caráter indefinível e incognoscível, há absoluta necessidade de introduzir uma distinção radical entre dois *usos* completamente opostos que Aristóteles faz do termo ὕλη: um, no qual a matéria é visada como princípio do devir e do perecer, e outro, no qual ela é entendida como forma inferior na qual outra forma mais determinada se dissolve, isto é, como forma que, relativamente a uma outra forma, desempenha o papel de princípio condicionante sem o qual a outra não seria possível e no qual esta última se resolve.

Na verdade, podemos afirmar que boa parte dos intérpretes certamente se deixou levar não só pela já referida inadequação dos exemplos aristotélicos, como também pela ausência de uma demarcação clara e explícita, da parte do próprio Aristóteles, entre os dois usos terminológicos que acima assinalamos. E, ainda no que respeita aos exemplos, observemos que são inconvenientes à sua própria destinação e, portanto, ineficazes, não apenas os casos já mencionados do σιμόν e das figuras aêneas, mas também o das carnes, nervos e ossos. Em diversas passagens da *"Metafísica"*, buscando determinar a constituição interna da forma, Aristóteles examina se tais partes materiais, nas quais o todo humano se dissolve após a morte, são ou não partes integrantes da forma e da definição da essência. Ora, é evidente que tais partes, *enquanto partes*, jamais devem ser *mencionadas* na definição de homem, justamente porque, se o fossem, configurariam uma sobrepo-

sição pleonástica, pois, se o homem se definisse, por exemplo, como “animal racional”, a menção das carnes e ossos seria supérflua, pois tais noções já estariam contidas no gênero próximo “animal” – todos os animais próximos ao homem, sem exceção, compõem-se de carnes e ossos. No entanto, tal argumentação, válida para as carnes justamente porque estas são *partes materiais*, não pode, por isso mesmo, ser generalizada para *o todo da matéria*, que, no exemplo que escolhemos, não é senão o corpo⁴⁴.

Entretanto, mais do que esses exemplos inadequados, constitui fonte de embaraço para o intérprete o fato de Aristóteles falar indistintamente de matéria tanto no âmbito da geração como no âmbito da definibilidade. Diríamos talvez que o próprio Aristóteles, na plurivocidade do termo ὕλη, mais do que um mero caso de πολλαχῶς λεγόμενον, do qual poderia se servir tranqüila e convenientemente de acordo com as exigências de cada contexto, encontra uma real fonte de embaraço: da indistinção inadvertida entre as duas acepções acima sugeridas, pois, proviriam as inúmeras dificuldades e obscuridades com que ele se defronta no curso da argumentação em que tenta estabelecer o papel exercido pela matéria na constituição interna e na definição da essência sensível.

Na verdade, não seria nenhum exagero afirmar que Aristóteles, longe de manejar com segurança aquilo que seria apenas um caso a

⁴⁴ Comentando o passo 1036b32-37a5, Ross, com sua fleuma habitual, afirma que “Aristotle is right in saying that the semicircles are not mentioned in defining the circle, but the reason is not that they are matter but that the definition would be circular”, (*Aristotle's Metaphysics*, vol. II, p. 204). O caráter sucinto e epigramático dessa observação sugere, embora não desenvolva com todo o detalhe que seria de se desejar, a inconveniência do raciocínio aristotélico, que mistura duas questões: se a matéria é a ser posta na definição da essência, e se a parte é a ser posta na definição do todo. É evidente, de qualquer modo, o embaraço de Aristóteles, e a impropriedade dos exemplos aduzidos à argumentação.

mais de *πολλὰχῶς λεγόμενον*, parece não estar suficientemente advertido da necessidade de se explicitar uma clara demarcação, de certo modo implícita em certas passagens de seu texto, entre, por um lado, a *nota* de matéria (a potencialidade de não continuar sendo o que se era, de ser e de não ser)⁴⁵ e, por outro, *aquilo a que se aplica tal nota* no âmbito – e somente neste âmbito – de uma determinada correlação – seja isto o que se costuma designar como “matéria segunda”. Se quisermos utilizar a terminologia da Escola, podemos dizer que, no texto aristotélico, não há distinção clara entre a matéria como *objeto formal* (o conceito) e como *objeto material* (aquilo a que se aplica o conceito)⁴⁶. É verdade, pois, que a nota da materialidade, na exata medida em que significa a possibilidade de vir-a-ser de outro modo, não pode estar incluída em nenhuma definição, caso contrário, teríamos uma definição que poderia modificar-se, tornar-se o oposto do que era e, não obstante, continuar pertinente a seu objeto – o que é absurdo⁴⁷. No entanto,

⁴⁵ Cf. Z, 7, 1032a20-22.

⁴⁶ Eu mesmo não estou inteiramente convencido de que tal distinção analisa (e resolve) convenientemente, de maneira exata, os dois usos do termo “matéria”. Tenho as mesmas dúvidas quanto ao potencial resolutivo das noções de *conotação e denotação* (no sentido clássico de Stuart Mill). Não obstante, parece-me que Aristóteles, embora definindo a “matéria” preponderantemente em termos funcionais (“para qualquer Y, é matéria de Y um X qualquer (i) a partir do qual Y se gera, (ii) que está imanente em Y e (iii) no qual Y se corrumpo”), reconhece-lhe, além dos possíveis *denotata* que o termo adquire em todas as possíveis correlações, um *denotatum* privilegiado e absoluto, que não mais dependeria de uma correlação funcional, a saber: os quatro elementos, que, em contínua transformação recíproca, seriam *simpliciter* os responsáveis pelo devir das essências sensíveis. Assim, a diversidade de estatuto desses dois tipos de *denotata* é que originariam as dificuldades nas quais a argumentação do livro Z se enreda. Examinar detalhadamente essa hipótese, não obstante, é algo que exigiria a análise meticulosa de textos como *De Caelo*, *De Gen. Corr.*, *Meteorológica*, etc., tarefa que ainda não conseguimos perfazer na presente etapa de nossas pesquisas.

⁴⁷ Por exemplo: seja o caso em que *homem* fosse definido como “animal ra-

seria isso motivo suficiente para excluir da definição e da constituição interna da οὐσία aqueles entes aos quais aplicamos, *em vista de certa correlação*, aquela nota? Como sabemos, forma e matéria são termos correlativos e, justamente por isso, aquilo que é uma forma em si mesmo assume a *função* de matéria em vista de uma forma ulterior, mais perfeita e determinada⁴⁸, como o bronze em vista da estátua, o corpo em vista da alma ou as sensações em vista do raciocínio. Ora, o fato de nenhuma definição admitir em si o *conceito* de matéria permite concluir que também nenhuma definição assumirá como princípio interno essas formas inferiores, às quais, por exercerem o *papel* de matéria numa certa correlação, aplicamos este mesmo nome? Pela premissa de que o mutável e contingente não pode ser conhecido nem definido cientificamente, estaríamos autorizados a excluir da definição de homem, por exemplo, a matéria “corpo”?

Constrangido pela mencionada indistinção, o texto de Aristóteles oscila entre soluções diametralmente opostas, e tal oscilação assinala uma dificuldade que realmente deixa perplexo não só o intérprete, como também o próprio Aristóteles⁴⁹. Assim, considerando aquela ma-

cional”: seria absurdo defini-lo como “animal racional, capaz de ser de outro modo”...

⁴⁸ O estatuto *correlacional* do conceito de matéria encontra-se firmemente estabelecido em diversas passagens, das quais as mais inequívocas talvez sejam *Física*, II, 2, 194b 8-9, e *Metafísica*, H, 4, 1044a 15-25. J. Brunschwig observa sensatamente que matéria não é o nome de uma coisa em si, mas sim “le nom d’un certain rôle que peuvent jouer diverses choses selon les rapports dans lesquels elles entrent”, (“*La forme, prédicat de la matière?*”, pp. 145-6). Nessa mesma perspectiva, cf. A. Mansion, *Introduction...*, pp. 102, 241; F. Nuyens, *L’évolution de la psychologie...*, pp. 60-66, L. Robin, *Aristotele*, pp. 80-84 e 90, W. Wieland, *La Física di Aristotele*, § 12, p. 237, G.E.L. Owen, “Aristotle: Method, Physics and Cosmology”, in *Logic, Science and Dialectic*, p. 159; J. Whiting, “Living Bodies”, pp. 77-85, e D. Hamlyn, “Aristotle on Form”, pp. 59-60.

⁴⁹ É bastante despropositada a opinião sustentada por J. Owens (*The doctrine of being in the Aristotelian Metaphysics*, p. 77), de que as aporias do texto aris-

téria sobre a qual uma forma sobrevém⁵⁰ e na qual uma essência composta se dissolve⁵¹, Aristóteles conclui por excluí-la da essência e da definição: tal matéria é parte do todo individual, como Cálías, mas não da οὐσία entendida como forma⁵² e, nessa exata medida, tampouco deve ser contemplada na definição, que visa aquilo que é necessária e universalmente o mesmo⁵³. Evidentemente, trata-se aqui da matéria que é princípio de individuação, fonte de unidade numérica e, portanto, de contingência: enquanto tal, ela não pertence às determinações que fazem com que a essência seja necessariamente o que ela é e permitem que ela seja assim conhecida cientificamente; na exata medida em que tal matéria é “o capaz tanto de ser como de não ser”⁵⁴, ela escapa à esfera da cognoscibilidade, que repousa sobre o que não pode ser de outro modo⁵⁵. Em conformidade com este raciocínio, Aristóteles conclui, no final de Z-11, que tal matéria, sendo indefinível, não é nem sequer parte da “essência primeira”.

No entanto, Aristóteles por vezes aventura-se a ir mais longe: assim, dando seqüência ao raciocínio pelo qual afastara da *ratio* interna

totélico teriam um caráter exclusivamente pedagógico, isto é, destinar-se-iam tão somente a guiar os pupilos pelas questões capazes de torná-los mais propícios ao aprendizado e, portanto, não revelariam nenhuma hesitação e dificuldade objetiva sentida por Aristóteles. Bem mais acertada é a opinião de P. Aubenque em “*Sur la notion aristotélicienne d'aporie*”.

⁵⁰ “ὕλη ἐφ’ ἧς ἐπιγίγνεται”, Z-10, 1035a12.

⁵¹ “εἰς ἃ φθείρονται”, Z-10, 1035a24-25.

⁵² Cf. Z-10, 1035b27-31; Z-11, 1037a24-33.

⁵³ Cf. Z-11, 1037a24-33; Z-15, 1039b31-40.

⁵⁴ “δυνατὸν γὰρ καὶ εἶναι καὶ μὴ εἶναι ἕκαστον αὐτῶν, τοῦτο δ’ ἐστὶν ἡ ἐν ἐκάστω ὕλη”, Z-7, 1032a20-22.

⁵⁵ Cf. Z-15, 1039b31-40: ἡ τ’ ἀπόδειξις τῶν ἀναγκαίων καὶ ὁ ὀρισμὸς ἐπιστημονικόν, ..., ἀλλὰ δόξα ἐστὶ τοῦ ἐνδεχομένου ἄλλως ἔχειν”. Cf. *Analyticos Posteriores*, I, 2,71b9-12: “ἐπίστασθαι δὲ οἴομεθ’ ἕκαστον ἁπλως, ..., ὅταν τὴν τ’ αἰτίαν οἴωμεθα γινώσκειν δι’ ἣν τὸ πρᾶγμα ἐστίν, ὅτι ἐκείνου αἰτία ἐστί, καὶ μὴ ἐνδέχσθαι τοῦτ’ ἄλλως ἔχειν”.

da essência a matéria entendida como princípio do vir a ser de outro modo, Aristóteles acaba por excluir da οὐσία também aquela forma inferior à qual aplicamos o nome de matéria:

o corpo e as partes dele são posteriores a esta essência [sc. a alma, entendida como forma], e divide-se nestes [sc. corpo e suas partes] como em matéria não a essência, mas sim o todo composto⁵⁶, e “o homem e o cavalo, bem como os assim universais sobre os indivíduos, não são essência, mas sim um todo composto a partir de certa definição e de certa matéria tomada universalmente⁵⁷”.

Ou seja, ao homem, no qual a matéria *corpo* encontra-se sobreposta à forma *alma*, recusa-se mesmo a denominação de “οὐσία”; e tal é a insignificância do corpo para a constituição da essência “homem”, que a definição deste coincide com a definição de sua alma⁵⁸.

No entanto, no capítulo seguinte, Z-11, Aristóteles hesita e acaba por abraçar a opinião contrária:

^{56a} τὸ δὲ σῶμα καὶ τὰ τοῦτου μέρη ὑστερα ταύτης τῆς οὐσίας, καὶ διαίρειται εἰς ταῦτα ὡς εἰς ὕλην οὐχ ἡ οὐσία ἀλλὰ τὸ σύνολον”, Z-10, 1035b20-22.

⁵⁷ Z-10, 1035b27-30; cf. o texto grego na nota 33.

⁵⁸ Cf. Z-11, 1037a28-29. O raciocínio aristotélico poderia ser reconstruído da seguinte maneira: “(i) aquilo que pode ser de outro modo não é cognoscível cientificamente/(ii) a matéria é capaz de ser de outro modo/(iii) logo, a matéria não é cognoscível cientificamente; mas (iv) o corpo e as partes corporais são matéria (para a forma humana)/(v) logo, o corpo e as partes corporais não são cognoscíveis cientificamente”. Por que, no entanto, tal argumento se revela inaceitável? Justamente porque repousa numa falácia pela qual se tomam indistintamente dois usos distintos do termo ὕλη: na proposição (ii), “matéria” designa aquilo que, na natureza (seja lá o que for: a “matéria-prima”, os quatro elementos, etc.), faz com que as formas não sejam unidades simples e eternas, mas sim composições complexas que se corrompem e se repõem continuamente pela geração sucessiva de novos indivíduos; na proposição (iv), porém, “matéria” designa um conjunto de formas que, iminentes na forma específica *homem*, apresentam-se como condições necessárias à constituição e à definição desta última.

é trabalho vão reduzir tudo assim desta maneira [sc., como os pitagóricos ou platônicos mencionados linhas acima] e excluir a matéria: pois alguns entes, talvez, são 'isto nisto' ou 'isto comportando-se de tal modo'. E a comparação, a respeito do animal, que Sócrates jovem costuma dizer, não é acertada: pois desvia-se do verdadeiro, e faz conceber como possível que o homem seja sem suas partes, assim como o círculo pode ser sem o bronze. *Os dois casos, porém, não são semelhantes*: pois o animal é algo sensível, e não pode ser definido sem o movimento, pelo que tampouco pode sê-lo sem as partes dispostas de uma certa maneira⁵⁹.

Este texto afirma com toda a clareza desejável aquilo que S. Mansion não havia sido capaz de assinalar⁶⁰, a saber, a inadequação do exemplo "círculo de bronze" como modelo a partir do qual dever-se-ia conceber a constituição interna de uma essência sensível tal como homem ou animal: "*os dois casos, pois, não são semelhantes*", a saber, o caso da relação entre o círculo e o bronze e o da relação do todo animal com suas partes materiais. Feita essa retificação, e não obstante a pouca clareza de que o raciocínio subseqüentemente se reveste, ao adotar, outra vez, exemplos inadequados – estas *partes* materiais, ao invés do *corpo inteiro como matéria* –, torna-se manifesto que, nas essências sensíveis, aquelas formas subjacentes à determinação última, às quais aplicamos o nome de matéria, devem necessariamente ser assumidas como determinações integrantes da *ratio* interna e da definição. No

^{59a} τὸ πάντα ἀνάγειν οὕτω καὶ ἀφαιρεῖν τὴν ὕλην περίεργον· ἕνια γὰρ ἴσως τὸδ' ἐν τῷδ' ἐστὶν ἡ ὡδὶ ταδὶ ἔχοντα. καὶ ἡ παραβολὴ ἡ ἐπὶ τοῦ ζῴου, ἣν εἰώθει λέγειν Σωκράτης ὁ νεώτερος, οὐ καλῶς ἔχει· ἀπάγει γὰρ ἀπὸ τοῦ ἀληθοῦς, καὶ ποιεῖ ὑπολαμβάνειν ὡς ἐνδεχόμενον εἶναι τὸν ἄνθρωπον ἄνευ τῶν μερῶν, ὡσπερ ἄνευ τοῦ χαλκοῦ τὸν κύκλον. τὸ δ' οὐχ ὁμοιον· αἰσθητὸν γάρ τι τὸ ζῴον, καὶ ἄνευ κινήσεως οὐκ ἔστιν ὀρίσασθαι, διὸ οὐδ' ἄνευ τῶν μερῶν ἐχόντων πῶς", Z-11, 1036b22-30; os grifos são da nossa tradução. Em 1036b 28, alguns (Irwin, op. cit., § 133, e a edição de Frede-Patzig, que infelizmente não me chegou em mãos) se propõem a ler αἰσθητικόν no lugar de αἰσθητόν, *sem nenhuma base filológica para tanto*. Creio, no entanto, que o texto dos manuscritos é plenamente compreensível.

⁶⁰ Cf. nota 40 deste artigo.

entanto, ao final do capítulo, em uma conclusão desesperadora para o intérprete ávido por coerência e linearidade de pensamento, o texto aristotélico, a despeito das supra-citadas críticas a uma posição presumivelmente platônica ou pitagórica, retorna à conclusão “formalista” do capítulo Z-10, onde qualquer matéria aparecera como extrínseca à οὐσία e ao λόγος⁶¹.

No entanto, independentemente do que decidamos fazer com os textos nos quais Aristóteles exclui a matéria da constituição interna da essência⁶², devemos observar que a tese preponderante, a que se coaduna com maior número de princípios francamente admitidos no texto aristotélico e que, por conseguinte, se inscreve numa configuração conceitual sistemática da qual dão testemunho vários outros documentos, não é outra senão a conclusão do livro H, a saber, que a matéria constitui, juntamente com a forma, elemento intrínseco à οὐσία sensível a ser definida. Nessa perspectiva, pois, munidos agora da distinção entre os dois usos aristotélicos do termo ὕλη, um pelo qual se designa

⁶¹ Cf. Z-11, 1037a24-33. Recentemente, para tentar resolver as talvez aparentes, porém desafiadoras inconsistências do texto aristotélico, assim como para dar conta da diferença entre a matéria tomada “em absoluto” (a ser excluída da definição) e o caráter correlativo do termo “matéria” (segundo o qual a matéria deve ser incluída na definição), procurou-se introduzir uma distinção entre, respectivamente, *matéria remota* (partes homeômera) e *matéria próxima* (partes orgânicas) (Irwin, *Aristotle's First Principles*, § 131); essa proposta, porém, esbarra em algumas dificuldades fulminantes (uma delas: em 1035b 10-11, Aristóteles, contrariando a pretensão de Irwin, exige que o “dedo”, que é claramente uma parte orgânica – e não homeômera – e, assim, uma *matéria próxima* de “homem”, seja excluído da definição deste último); muito mais satisfatória me parece a distinção entre *matéria composicional* e *matéria funcional*, proposta por J. Whiting, “Living Bodies”, pp. 77-85, e adotada também por S.M. Cohen, “Hylomorfism and functionalism”, pp. 69-70.

⁶² Bertrand Dumoulin (*Analyse génétique de la Métaphysique d'Aristote*, p. 230) deixa-se seduzir pela facilidade do expediente da *evolução biográfica* ao se deparar com estes textos: para ele, Z-11 é mais remoto, Z-10 é mais recente, etc. (ver também o inusitado *mea culpa* contido na nota 93, p. 224).

seu próprio conceito, e outro pelo qual se designam formas que, em vista de determinadas correlações, assumem a *função* de matéria (isto é, de elemento capaz de receber e de destruir a forma superior da qual é matéria) e recebem-lhe o nome, sem, no entanto, reduzirem-se a seu puro conceito, e avisados de que, quando recusa à matéria o estatuto de parte constituinte da essência, Aristóteles, na verdade, encontra-se embaraçado com a ausência de uma demarcação clara e explícita entre ambos estes usos, estamos agora em condições de mostrar que a inclusão da matéria no interior da essência é entendida pelo Estagirita como algo não apenas recomendável, mas também necessário, por ser justamente o único modo pelo qual se confere plena unidade aos termos de uma definição e, por conseguinte, pelo qual a essência torna-se apta a ser cientificamente conhecida.

O texto Z-11, 1036b22-32 já asseverara a necessidade de se considerar as partes materiais na definição da essência natural. O texto H-3, 1043b30-32, por sua vez, revela-nos que essa mesma definição não tem outros componentes senão a matéria e a forma. No entanto, lendo estes textos, ainda não conseguimos conceber com toda a clareza desejável o modo pelo qual a matéria seria assumida, como gênero, na definição. O esclarecimento suplementar de que carecemos é fornecido pelos textos H-6 e Z-12, que têm ambos o mesmo propósito, a saber, resolver a aporia concernente à unidade dos termos de uma definição:

por que, porventura, é algo uno aquilo cujo enunciado afirmamos ser uma definição, como, por exemplo, de homem, o animal bípede: pois seja este o enunciado do mesmo⁶³; "qual é a causa do ser uno? [...] que é, então, que faz uno o homem, e por que este é uno mas não múltiplo, por exemplo, animal e bípede?"⁶⁴.

⁶³διὰ τί ποτε ἔν ἐστιν οὐ τὸν λόγον ὀρισμὸν εἶναι φάμεν, οἷον τοῦ ἀνθρώπου τὸ ζῶον δίπουν· ἔστω γὰρ οὗτος αὐτοῦ λόγος", Z-12, 1037b11-13.

⁶⁴τί αἴτιον τοῦ ἔν εἶναι; [...] τί οὖν ἐστὶν ὃ ποιεῖ ἔν τὸν ἀνθρώπον, καὶ διὰ τί ἔν ἀλλ' οὐ πολλά, οἷον τό τε ζῶον καὶ τὸ δίπουν;", H-6, 1045a8, 14-15.

Sem muito embaraço, Aristóteles responde que, dentre os termos da definição, “se, como dissemos, um é matéria, e outro, forma, e se um é em potência e o outro em ato, não mais parecerá ser aporia aquilo que investigamos”⁶⁵. E, logo depois: “não mais surgirá a aporia, se um é matéria, e outro, forma”⁶⁶. Ora, parece-nos que essas fórmulas sucintas e crípticas, destinadas a resolver tão importante dificuldade, têm lugar aqui apenas porque Aristóteles julga já ter convenientemente tratado do assunto alhures – em Z-17, mas, principalmente, em Z-12. No segundo destes textos, pois, tomando por fio condutor de seu exame a divisão contínua do gênero pela diferença da diferença e assim sucessivamente, o filósofo conclui que a essência, no final das contas, pode ser reduzida à diferença última: “se a divisão se comportar deste modo, é manifesto que a diferença última será a essência e a definição da coisa”⁶⁷. Portanto, no processo divisório, se “cada diferença surgir da diferença anterior, a diferença última será uma única, e será a forma e a essência”⁶⁸.

Assim, o caráter contínuo da divisão, na qual a diferenciação ulterior surge a partir de uma nota essencial à diferença anterior, garante que, a cada etapa, tenhamos subsumidas no resultado as determinações anteriores: a diferença ulterior não sobrevém de fora, ela surge internamente, como atualização das determinações já potencialmente contidas no termo dividido⁶⁹. Tudo se passa como se matéria e forma

⁶⁵“εἰ δ' ἐστίν, ὡσπερ λέγομεν, τὸ μὲν ὕλη τὸ δὲ μορφή, καὶ τὸ μὲν δυνάμει τὸ δὲ ἐνεργείᾳ, οὐκέτι ἀπορία δόξειεν ἂν εἶναι τὸ ζητούμενον”, H-6, 1045a23-25.

⁶⁶“οὐκέτι δὴ ἀπορία φαίνεται, ὅτι τὸ μὲν ὕλη τὸ δὲ μορφή”, H-6, 1045a 29.

⁶⁷“εἰ δὴ ταῦτα οὕτως ἔχει, φανερόν ἐστι ἡ τελευταία διαφορὰ ἢ οὐσία τοῦ πράγματος ἔσται καὶ ὁ ὀρισμός”, Z-12, 1038a18-20.

⁶⁸“ἐὰν μὲν δὴ διαφορᾶς διαφορὰ γίνηται, μία ἔσται ἡ τελευταία τὸ εἶδος καὶ ἡ οὐσία”, Z-12, 1038a25-26.

⁶⁹ Como bem observa Cherniss: “Aristotle’s treatment of diacresis presupposes his own theory of the relation of genus and differentia as that of matter

fossem uma única e mesma coisa, expressa ora sob o aspecto de sua completa determinação, ora sob o aspecto de alguma determinação inferior subjacente a perfeição ulterior: “Matéria última e forma são o mesmo, um em potência, outro em ato”⁷⁰. A ligação recíproca entre ambas não surge determinada a partir de fora, por um terceiro termo, nem apresenta aquela frouxa contingência que verificamos entre o bronze e a esfera. Pelo contrário, tal ligação é determinada imanentemente a partir de dentro, pois é da própria natureza da forma pôr a necessidade de uma matéria propriamente determinada⁷¹. O caráter dessa necessidade, porém – cumpre ressaltar –, é analítico: a forma põe necessariamente a sua matéria própria porque já a envolve em seu conceito⁷². A matéria aparece como uma determinação de ordem inferior, que não apenas condiciona a diferenciação ulterior da forma, como também nela se reencontra reassumida como elemento constituinte. A forma, pois, é a causa pela qual a matéria é algo determinado⁷³. Essa causalidade, no entanto, não sobrevém à matéria a partir de

to form [...]. Therein for him lies the unity of the definition and its object, which consists in the actualisation of the generic matter in the form of the differencia” (“*Aristotle’s criticism of Plato and the Academy*”, vol. I, p. 41).

⁷⁰“ἔστι δ’... ἡ ἐσχάτη ὕλη καὶ ἡ μορφή ταυτό καὶ ἔν, δυνάμει, τὸ δὲ ἐνεργεία”, H-6, 1045b17-19.

⁷¹ Há uma matéria própria (οἰκεῖα ὕλη) para cada forma, de acordo com a necessidade de suas determinações intrínsecas; cf. H-4, 1044a15-20.

⁷² Léon Robin tem toda razão quando, examinando o estatuto da causalidade formal em Aristóteles, afirma o caráter de *analiticidade* da mesma: “... de la causalité Aristote tend à éliminer la succession, pour autant que celle-ci... ne se réduit pas à la hiérarchie notionnelle des éléments contenus dans l’essence. [...] On n’a donc pas tort de dire qu’Aristote a conçu la relation causale comme analytique, [...] dans le sens kantien” (“*Aristote*”, pp. 154-5; cf. também “*Sur la conception aristotélicienne de causalité*”, § 2 (p. 423), § 4 (pp. 426-7), § 15-16 (p. 437-8)).

⁷³ Cf. Z-17, 1041b7-9. Segundo nossa compreensão, todo este capítulo final do livro Z, examinando o caráter da causalidade peculiar à essência, conclui por ressaltar a analiticidade da relação causal entre forma e matéria: é a pró-

fora, ela consiste antes na atualização da diferença ulterior que já estava contida em potência na matéria⁷⁴.

Assim, dada essa união intrínseca e necessária entre matéria e forma, o problema da unidade da definição se resolve. Em uma definição correta, na qual cada diferenciação ulterior tomasse por fundamento a própria natureza essencial da diferença anterior, haveria uma unidade inteiramente analítica entre a diferença última e os gêneros nela sucessivamente subsumidos como notas constitutivas. A diversidade de termos da definição diria respeito tão somente à uma hierarquia na qual a mesma essência fosse analisada em suas progressivas atualizações.

Resta-nos ainda, porém, explicitar de maneira mais clara de que modo a *matéria* se inscreveria nessa hierarquia de diferenciações progressivas pelas quais se delimita a essência.

Inicialmente, recordemo-nos de que, na filosofia aristotélica, é o corpo que se assinala como *matéria* a uma essência natural, à forma de

pria forma, pois, e não um terceiro elemento sobreveniente de fora, que garante sua unidade com a matéria, unidade que, nesse sentido, se distingue radicalmente da mera justaposição entre elementos heterogêneos, tal como ocorre no agregado.

⁷⁴ Essa unidade intrínseca entre matéria e forma, não obstante, não deixa de apresentar inúmeras dificuldades filosóficas: foi ela que suscitou o chamado "problema de Ackrill", formulado por J. Ackrill em "Aristotle's Definition of Psyche", e em torno do qual se organiza o debate atual a respeito do hilemorfismo e da "filosofia da mente" de Aristóteles: dado o "princípio da homonímia", segundo o qual não seria possível uma separação entre a matéria e a forma do vivente natural, poder-se-ia questionar a própria discernibilidade dos conceitos de matéria e forma (oriundos da análise dos artefatos) no domínio das essências naturais, de modo a obscurecer, assim, os parâmetros pelos quais poder-se-ia decidir se o hilemorfismo tende a ser antes um *dualismo atenuado*, ou algum tipo de *redução materialista* ou, ainda, alguma variedade de *compatibilismo* ou *funcionalismo* (para esse debate, ver *Essays on Aristotle's De Anima*, M. Nussbaum & A.O.-Rorty (edd.), 1992).

um vivente⁷⁵. O corpo é aquilo em que se dissolve o animal ao morrer. No entanto, não pode passar-nos despercebido que o próprio corpo, tomado em si mesmo, é uma *forma* perfeitamente determinada, auto-consistente em si e apreensível ao pensamento. Justamente enquanto tal, o corpo é uma forma subjacente à determinação ulterior que perfaz a forma específica do vivente, e, nessa exata medida, ele não apenas condiciona a diferenciação última que perfaz a espécie, como também nela se reencontra reassumido como elemento interno. Por outras palavras: aquela forma que recebe o nome de *matéria*, e que o recebe por evidenciar-se aos sentidos, no âmbito do devir, como forma na qual imediatamente a essência se corrompe (isto é, como forma capaz de fazer com que tal essência não mais seja), revela-se, pois, como *um momento* determinado na cadeia de diferenciações pelas quais a essência progressivamente se delimita: eis, portanto, como a *matéria* encontra-se assumida na definição da essência sensível.

Tomemos um exemplo: seja a definição de homem, pois, “animal racional” (ζῷον ἔννοον)⁷⁶. É verdade que, em tal enunciado, é “animal” que aparece na função de gênero, o qual, convenhamos, dificilmente poderia ser concebido como matéria na qual o homem se dissolve ao perecer. Disso, alguns poderiam concluir que a matéria não é, de fato, assumida na definição, e que haveria, assim, mera “analogia” entre a relação ontológica matéria/forma e a relação lógica gênero/diferença. Com tal interpretação, no entanto, não se atentaria para o fato de que Aristóteles define o animal como “corpo animado”, “τὸ ζῷον σῶμα ἐμψυχον ἐστὶ”⁷⁷, de modo que, com um mínimo de senso, pode-se concluir que, se homem é *animal* racional, e se *animal* é

⁷⁵ Cf. Z-10, 1035b16, 20-22; Z-11, 1037a5-6

⁷⁶ Seja tal definição, ou “animal bípede”, ou qualquer outra, pouco importa: como o que nos interessa é a função exercida pelo gênero nessa definição, podemos colocar indiferentemente qualquer diferença.

⁷⁷ *De Anima*, III, 12, 434b11-12.

corpo animado, então homem é *corpo animado racional*, σώμα ἔμψυχον ἔννοον. Isto significa que, na definição de homem, embora não seja feita menção explícita do “corpo” – pois toda definição deve dar preferência ao gênero próximo⁷⁸ –, este encontra-se analiticamente incluído como determinação subjacente ao gênero expressamente mencionado, “animal”. Podendo ser obtido por mera análise do conceito deste último, a forma “corpo”, que é justamente aquilo que, por ser resíduo no qual se dissolve o homem ao perecer, recebe a designação de “matéria” em relação a homem, encontra-se contida na οὐσία e na definição de homem como forma subjacente à diferenciação última.

Ora, é precisamente esse ponto que deixam escapar os que se utilizam da noção de “analogia” para descrever a maneira pela qual a matéria é assumida como elemento intrínseco da essência. Podemos ver com clareza, entretanto, que não há, no nosso caso, analogia alguma: pois esta define-se como igualdade de relação entre dois pares de termos (o primeiro está para o segundo assim como o terceiro está para o quarto). São semelhantes, de fato, as relações que se estabelecem, por um lado, no domínio físico, entre a matéria e a forma, e, por outro, no domínio lógico, entre o gênero e a diferença, e, neste caso, estritamente, pode-se falar com legitimidade na existência de uma analogia. Não obstante, em tal comparação, a matéria vê-se assumida exclusivamente em seu aspecto físico, como substrato do devir, elemento subjacente no qual unicamente uma essência individual acede à existência e no qual, por sua vez, se corrompe. No entanto, ao investigar se a matéria deve ou não se incluir entre os termos da definição da essência sensível, Aristóteles não mais se preocupa com a mesma em sua acepção física: no âmbito desse problema, pois, a matéria passa a ser considerada não mais como pura potencialidade de mudança, mas sim como determinação formal que não apenas condiciona a forma específica, como também nela reencontra-se a título de elemento constitu-

⁷⁸ Cf. H-4, 1044b1-2: “δεῖ δὲ τὰ ἐγγύτατα αἴτια λέγειν”.

tivo. A referida analogia, portanto, oferece pouco ou nenhum auxílio para a solução de nossa dificuldade: pode-se mesmo afirmar que, nesse contexto, nem sequer se demarcam dois domínios distintos entre os quais poderia ser estabelecida alguma relação analógica, pois a matéria assim considerada consiste, tanto quanto o gênero e a diferença, numa determinação formal, a ser integrada na mesma ordem cuja perfeição se completa pela diferença específica.

Nessa perspectiva, podemos concluir que a relação entre forma e matéria no interior da essência sensível não deve ser concebida nem sob o paradigma inadequado do *σμίον* e do círculo aêneo – pois “*os dois casos não são semelhantes*”⁷⁹ –, nem sob a noção de analogia. No primeiro caso, pois, a matéria se acrescentaria ao gênero e à diferença, entendidos como elementos constituintes da forma, à título de terceiro termo extrinsecamente sobreposto, cuja ligação àqueles componentes não seria garantida, em sua consistência interna, por nenhuma necessidade imanente: a essência se tornaria um agregado, um *σωρός*. No segundo caso, porém, ainda que se admita a semelhança entre a relação matéria/forma na ordem do devir e a relação gênero/diferença na ordem da definibilidade, é de se notar que a matéria envolvida nessa analogia é concebida estritamente como princípio de geração e unidade numérica, ao passo que, *no interior da própria esfera da definibilidade*, intervém um *outro uso* do termo *ὑλη*, largamente utilizado no texto aristotélico, a saber, um uso segundo o qual esse termo visa antes, em suas respectivas notas constitutivas, as formas que *apenas em vista de uma dada correlação com outra forma mais determinada* caem sob a denominação do sobredito termo. O recurso à noção de analogia, pois, revela-se assim insatisfatório justamente por não reconhecer, em seus devidos contornos, esse *segundo uso* do termo “matéria” no texto aristotélico.

⁷⁹ Z-11, 1036b28. Cf. texto grego na nota 59.

Assim, portanto, *somente sob essa distinção entre os diferentes usos do termo ὕλη é que podemos compreender a integração da matéria à constituição interna e à definição da essência sensível*: no âmbito do devir, pois, ὕλη reporta-se estritamente – ou, pelo menos, preferencialmente – ao conceito de matéria visto sob o prisma de seu *denotatum simpliciter*, ao passo que, no domínio da definibilidade, este mesmo termo passa a designar, em suas respectivas determinações próprias, aquelas formas que assumem a função e o nome de matéria apenas por subjazerem a diferenciações ulteriores – digamos, as formas que preenchem o campo de denotação do termo ὕλη não *simpliciter*, mas apenas em vista das correlações com uma outra forma que se quer definir. Acostumados com uma definição escolar e unívoca do referido termo, mostramo-nos relutantes em aceitar a liberdade com que Aristóteles desliza de uma acepção para outra, e, o que é mais grave, corremos o risco de não perceber que as embaraçosas peripécias em que Aristóteles se vê enredado durante o livro Z, ao tratar da relação entre matéria e forma na definição da essência, se originam preponderantemente nesses deslizamentos, os quais, pois, longe de constituírem um mero caso a mais de *πολλαχῶς λεγόμενον*, denunciam um verdadeiro embaraço conceitual da parte do Estagirita. Diríamos mais: a tese que afirma a integração da matéria no enunciado definitório da essência sensível – que sustentamos ser o resultado final do penoso percurso em que o filósofo se põe a enfrentar tal assunto –, apresenta-se no texto aristotélico como gradual conquista, que vem a emergir graças à demarcação segura, também paulatinamente conquistada, entre aquelas duas acepções inteiramente distintas e até mesmo opostas do termo ὕλη.

Cumpra ainda assinalar um ponto cuja análise pormenorizada, porém, não será oportuna nos limites deste trabalho. A supracitada

maneira pela qual a matéria é assumida como princípio interno da essência consiste, como dissemos, na única solução possível, dentro do pensamento aristotélico, ao problema da unidade da definição. É de se notar, contudo, que a ligação reciprocamente necessária entre forma e matéria, ao garantir a unidade e a autoconsistência interna da essência sensível, fornece também a esta última a sua cognoscibilidade máxima. Uma definição que põe termos assim necessariamente imanentes um ao outro constitui um princípio a partir do qual poderiam ser deduzidas analiticamente todas as determinações aí contidas. E, de fato, é assim, segundo esse princípio de analiticidade, que funciona, ao menos *de direito*, a demonstração aristotélica, fundada na necessidade absoluta: a partir da definição primeira, sem a intervenção ulterior de dados extrínsecos, obtém-se uma série de conclusões necessárias, devidamente mediadas pela própria essência da coisa, tomada ora em sua completude, ora em suas expressões genéricas.

Se uma tal concepção de ciência, no entanto, pode funcionar, *de fato*, quando aplicada ao domínio dos entes naturais, isto é, se a física e a biologia aristotélica são factíveis segundo os cânones da demonstração analítica, eis o que constitui matéria para um outro artigo⁸⁰.

⁸⁰ Não ignoramos, pois, que as reflexões contidas no livro I do *De Partibus Animalium* (cf. especialmente 643b12-26; 643b34-644a10), longe de se limitar ao domínio estrito da metodologia heurística conveniente à investigação zoológica, contêm severas críticas ao conceito de οὐσία desenvolvido em Z-12: Aristóteles parece não mais assumir que possa haver uma *única diferença última* capaz de compreender em si mesma a totalidade das determinações que perfazem o εἶδος. No entanto, como dissemos, examinar tal problema, tão mais complexo por ter sido até hoje pouco explorado, é algo que não cabe nos limites deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**1. Obras de Aristóteles:**

Aristotle's Metaphysics. A revised text with introduction and commentary by W.D. Ross. Oxford : Clarendon Press, 1924. 2 v.

Aristotelis Opera, E. Bekker, Berlin, 1831-70.

Metaphysica, edição crítica de Werner Jaeger, Oxford : Clarendon Press, 1957.

Metafísica de Aristóteles. Ed. trilingüe por Valentín García Yebra. Gredos : Madrid, 2ª ed., 1982.

Physica. A revised text with introduction and commentary by W.D. Ross, Oxford : Clarendon Press, 1966 [1ª ed. 1936].

De Anima. Ed. por W.D. Ross, Oxonii, e typographeo clarendoniano, 1956.

Analytica Priora et Posteriora. Ed. por W.D. Ross e L. Minio-Paluello, Oxonii, e typographeo clarendoniano, 1964.

Aristote – Philosophie de la vie. Le livre premier du traité sur "Les Parties des Animaux", texte et traduction, avec introduction et commentaire par J.-M. LeBlond, Aubier, éditions Montaigne, 1945.

2. Comentadores:

ACKRILL, J.L. Aristotle's Definition of *psuche*, in *Articles on Aristotle*, vol. 4, J. Barnes, M. Schofield, R. Sorabji (edd.), Londres, Duckworth, 1979, p. 65-75.

AUBENQUE, P. Sur la notion aristotélicienne d'aporie. In: *Aristote et les problèmes de méthode*, Actes du V^e Symposium Aristotelicum. Louvain/Paris : Institut Supérieur de Philosophie/Librairie Philosophique Vrin, 1961.

BRUNSCHWIG, J. La forme, prédicat de la matière?. In: *Études sur la Métaphysique d'Aristote* – Actes du VI^e Symposium Aristotelicum, organização de Pierre Aubenque, Paris, Librairie Philosophique Vrin, 1979, p. 131-158.

CHERNISS, H. *Aristotle's Criticism of Plato and the Academy*. Baltimore : John Hopkins Press, 1944.

COHEN, S.M. Hylomorfism and Functionalism, in *Essays on Aristotle's De Anima*, M. Nussbaum & A. Rorty (ed.), Oxford : Clarendon Press, 1992, p. 57-73.

DUMOULIN, B. *Analyse génétique de la 'Métaphysique' d'Aristote*. Paris/Montreal : Les Belles Lettres/Les Éditions Bellarmin, 1986.

DÜRING, I. *Aristóteles*. Trad. por Barnabé Navarro. México : Universidad Nacional Autónoma del México, 1990.

HAMLIN, D.W. Aristotle on Form, in *Aristotle on Nature and Living Things*, A. Gotthelf (ed.), Mathesis publications, Pittsburgh, 1985, p. 55-65.

IRWIN, T. *Aristotle's First Principles*, Oxford : Clarendon Press, 1988.

JAEGER, W. *Aristotle – Fundamentals of the History of his Development*. Trad. por Richard Robinson. Oxford : Clarendon Press, 1948 (1^a ed. alemã, 1923).

- MANSION, A. *Introduction à la physique aristotélicienne*. 2ème édition révue et augmentée. Louvain-la-Neuve : Institut Supérieur de Philosophie, 1945, reimpr. 1987.
- MANSION, S. Sur la composition ontologique des substances sensibles chez Aristote (Métaphysique Z 7-9). In: *Études Aristotéliciennes* – (récueil d'articles), organização de Jacques Follon. Louvain-la-Neuve : Institut Supérieur de Philosophie, 1984. (Publicado pela primeira vez em *Philomathes*, editado por R. B. Palmer. The Hague : Martinus Nijhoff, 1971, p. 75-87).
- . La notion de matière en Métaphysique Z 10 et 11. *Ibidem*. (Publicado pela primeira vez em *Études sur la "Métaphysique" d'Aristote*, Actes du VI^e Symposium Aristotelicum, publiés par P. Aubenque. Paris : J. Vrin, 1979, p. 185-205).
- . Το σιμόν et la définition physique. *Ibidem*. (Publicado pela primeira vez em *Naturphilosophie bei Aristoteles und Theophrast. Verhandlungen des 4. Symposium Aristotelicum veranstaltet in Göteborg, august 1966*, Herausgegeben von I. Düring. Heidelberg : Stiehm, 1969, p. 124-32).
- NUSSBAUM, M. & RORTY, A.O. (edd.). *Essays on Aristotle's De Anima*, Oxford : Clarendon Press, 1992.
- NUYENS, F. *L'évolution de la psychologie d'Aristote*. (Traduzido do holandês, sem atribuição[?]). Louvain-la-Neuve : Institut Supérieur de Philosophie, 2ème édition révue, 1948, reimpr. em 1973.
- OWEN, G.E.L. *Logic, Science and Dialectic*, (ed. by Martha Nussbaum), London : Duckworth, 1986.

OWENS, J. *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics*. Toronto : Pontifical Institute of Medieval Studies, 1951.

ROBIN, L. *Aristote*. Paris : Presses Universitaires de France, 1948.

———. La conception aristotélicienne de causalité. In: *La Pensée Hellénique des origines à Epicure*. Paris : Presses Universitaires de France, 1942, p. 423-485.

———. *La théorie platonicienne des Idées et des nombres d'après Aristote*. Paris : Librairie Felix Alcan, 1908.

ROSS, W.D. *Aristotle's Metaphysics* (cf. acima, em obras de Aristóteles).

———. *Aristotle*. Londres : Methuen Company, 1923.

TOMÁS DE AQUINO, St. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis Expositio*, cura et studio P. Fr. Raymundi M. Spiazzi. Roma : Marietti Editori, 1950.

———. De Ente et Essentia. In: *Opera Omnia Jussu Leonis XIII P. M. Editata*, tomus XLIII. Roma : Editori di San Tommaso, Roma, 1976.

WHITING, J.E. Living Bodies. In: *Essays on Aristotle's De Anima*, Nussbaum & Rorty (ed.), Oxford : Clarendon Press, 1992, p. 75-91.

WIELAND, W. *La Fisica di Aristotele*, trad. de Carlo Gentili, Bologna, Società Editrice Il Mulino, 1993 (ed. Alemã de 1970).